

Discurso batido e ousadia

Rogério L. Furquim Werneck*

Duas declarações feitas pelo presidente Lula nos últimos dias já deixam entrever dificuldades que deverão marcar a condução da política econômica nos próximos anos. Na semana passada, num momento de enfado incontido com perguntas sobre os rumos da política econômica do segundo mandato, Lula desdenhou a idéia de corte de gastos como “discurso já meio batido” e advertiu que não há o que cortar no orçamento. Poucos dias depois, decepcionado com o conjunto de medidas que a equipe econômica havia coligido às pressas, para a montagem de um pacote que pudesse dar credibilidade à promessa de fazer o País crescer a 5% ao ano, Lula declarou que esperava mais ousadia das iniciativas propostas. As duas declarações ajudam a vislumbrar os contornos do embaraço fundamental que deverá marcar a condução da política econômica do segundo mandato. De um lado, falta ao governo disposição para incorrer nos custos políticos da adoção das medidas mais óbvias que se fazem necessárias para acelerar a expansão da economia. De outro, sobra-lhe tentação voluntarista de deslanchar sem delongas o tão prometido espetáculo do crescimento.

É bem sabido que o desafio mais importante com que hoje se defronta o País é conter e reverter o aumento desenfreado de dispêndio público primário que vem tendo lugar desde meados dos anos noventa. Trata-se de um processo que já atravessou três mandatos presidenciais e, se nada for feito em contrário, está fadado a atravessar também o segundo mandato de Lula. Nos últimos 12 anos os gastos primários agregados dos três níveis de governo saltaram de uma média de 23,9% do PIB no período 1991-93 para 33,4% do PIB em 2005. Para bancar esse salto, a carga tributária teve de ser elevada de 25,6% para 37,4% do PIB no mesmo período. O pior é que esse aumento explosivo de gastos primários tem sido acompanhado de lamentável atrofiamento do investimento público.

Para que o crescimento econômico possa ser acelerado, o País terá de sustar essa expansão de gastos e abrir espaço nos orçamentos dos três níveis de governo para recuperação do investimento público e alívio paulatino da carga tributária. No segundo semestre do ano passado, a equipe econômica deu mostras de ter percebido com clareza a necessidade de um ajuste fiscal de longo prazo. Mas a idéia enfrentou tal resistência dentro do governo que teve de ser deixada de lado, pelo menos para efeito externo. E acabou desaparecendo completamente de cena quando o ministro Palocci saiu do governo. Embora o tema não tenha chegado a ser sequer mencionado na campanha eleitoral, analistas mais otimistas acalentavam a esperança de que a idéia do ajuste de longo prazo havia só entrado em estado de latência, por razões meramente

eleitorais. E de que, após as eleições, o governo estaria pronto a anunciar um pacote articulado de ajuste fiscal.

Passados mais de 15 dias desde o segundo turno, sobram razões para concluir que tais esperanças eram infundadas. O que se viu nas últimas semanas foi, primeiro, o governo batendo cabeça em torno da candente questão do fim da era Palocci. E, em seguida, movimentando-se para compor às pressas um pacote de medidas de política econômica com a organicidade que se pode esperar do cardápio de uma festa improvisada em que cada convidado leva um prato. O resultado não poderia ter sido diferente. Até o presidente ficou decepcionado.

Já não há dúvida de que a completa omissão da agenda fiscal na campanha eleitoral de Lula prenunciava dificuldades bem mais sérias do que muitos se dispuseram a enxergar. Ainda mais preocupante que o acanhamento e a desarticulação das medidas de ajuste que têm sido aventadas, é a visão pouco lúcida do quadro econômico brasileiro que parece ter prevalecido na discussão do pacote no Planalto. O mínimo que se pode dizer, recorrendo a um eufemismo de um velho político mineiro, é que a discussão foi dominada por uma percepção muito peculiar dos fatos. Mas a esperança é a última que morre. Ainda há quem acredite que Lula esteja apenas mantendo a atual equipe entretetida com a preparação de um pacote -- e menos predisposta a declarações desastradas --, enquanto articula uma reforma ministerial que possa viabilizar estratégia econômica de mais fôlego. Pode até ser. Mas a verdade é que tal cenário se torna a cada dia mais improvável.

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.